

Jornal Econômico

Políticas Públicas de Enfrentamento da Pandemia de Covid-19

EDITORIAL

Nesta edição do Jornal Econômico, abordaremos as medidas adotadas pelo poder público para o enfrentamento à pandemia provocada pelo novo coronavírus e contenção dos seus efeitos negativos. A esfera nacional adotou políticas globais à sociedade, todavia, Mato Grosso e a nossa cidade de Rondonópolis também definiram suas ações específicas. Tais ações serão apontadas nesta edição, e esperamos que vocês façam ótima leitura.

Profa. Dra. Kelly Cardoso Faro

Brasil

A pandemia trouxe inúmeros desafios para administração pública. No que diz respeito ao governo federal, quando os casos de COVID-19 começaram a surgir no país, entre final de fevereiro e começo de março, políticas públicas foram adotadas, visando proporcionar mínimas condições para o enfrentamento das adversidades vindouras, principalmente na área da saúde e economia.

Entre março e abril, o governo federal tomou as primeiras medidas, como zerar ou reduzir impostos de produtos essenciais ao combate da pandemia, visando facilitar e baratear o acesso a estes produtos. Com foco nos impactos da COVID-19 na economia, foi criado um programa para a manutenção dos empregos e da renda, que permite acordos de redução de jornada de trabalho e salários, com o objetivo de evitar aumento na taxa de desemprego, que antes mesmo da pandemia já estava elevada. Segundo o governo federal, até o momento, 3.511.599 empregos foram preservados, através de acordos firmados por 569 mil empregadores, atingindo, assim, 12 milhões de acordos coletivos e individuais.

De abril a junho, a administração federal prosseguiu tomando medidas de enfrentamento aos efeitos pandêmicos, mesmo porque em tal período o país já ultrapassava a marca de 85 mil casos de COVID-19. Assim, foram criados mais de 150 serviços digitais, para manter os serviços do governo federal de modo virtual e evitar aglomerações.

A medida provisória n. 975, por exemplo, definiu um programa emergencial de acesso ao crédito, com o intuito de desburocratizar os empréstimos para pequenas, médias e microempresas. E uma das mais importantes medidas adotadas, foi a criação do auxílio emergencial, que após muito debate, teve seu valor fixado em R\$600, posteriormente, em setembro, reduzido para R\$300. Segundo o próprio governo federal, mais de 67,7 milhões de brasileiros já foram beneficiados pelo auxílio emergencial.

Entre junho e novembro, uma das principais ações foi a criação o Plano Nacional de Investimento (PNI) para o pós-pandemia, que prevê ações até 2022 para atrair capital e melhorar o ambiente de negócios no Brasil.

Até novembro de 2020, segundo o governo federal, as medidas adotadas para o enfrentamento dos efeitos da pandemia já geraram R\$ 587,5 bilhões em novas despesas e R\$ 27,5 bilhões em queda de receitas.

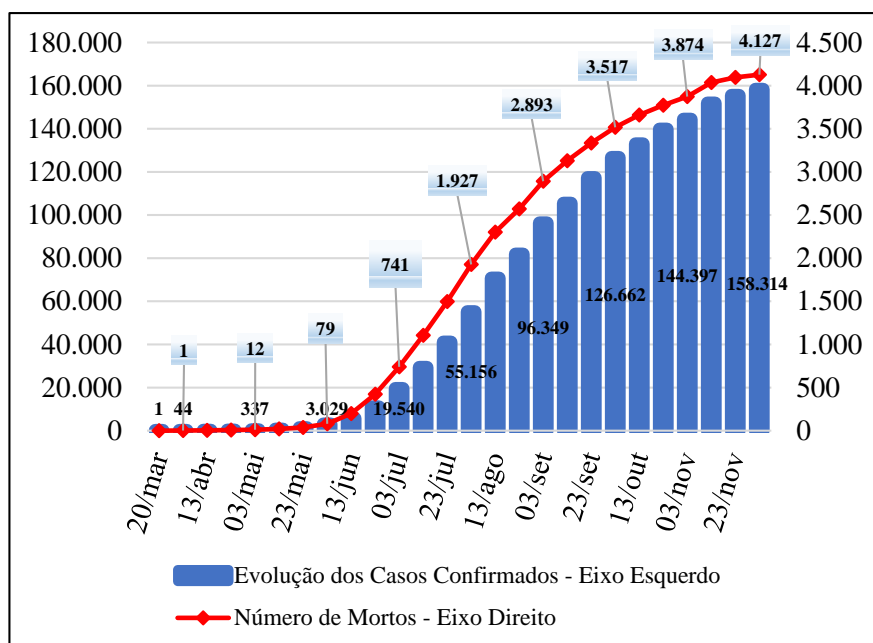
Ressalta-se que a COVID-19 trouxe e ainda trará diversas dificuldades, não só para o Brasil, mas para boa parte do mundo, o que exige um constante planejamento e implementação de políticas públicas, com foco não apenas no presente, mas também no futuro do país.

Prof. Dra. Aniela Fagundes Carrara
Aluno Alan Fernando Gil Vaz de Mello

Mato Grosso

O primeiro caso de COVID-19 em Mato Grosso foi registrado no dia 20 de março de 2020, quase um mês após a confirmação do primeiro caso no Brasil. Duas semanas depois, a Secretaria de Estado de Saúde confirmou a primeira morte em decorrência do novo coronavírus. De lá para cá, a situação se agravou e, no final de novembro, o estado já registrava 158.314 casos e 4.127 óbitos (ver Gráfico 1).

Gráfico 1: Evolução da Pandemia de COVID-19 no Estado de Mato Grosso



Fonte: Elaboração própria com base nos boletins da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso. Nota: Dados coletados no dia 29 de novembro de 2020.

As maiores taxas de crescimento de novos casos foram registradas nos meses de abril, maio e junho, quando o número de casos confirmados crescia cerca de 670% ao mês, em média. Para título de comparação, nos meses de setembro, outubro e novembro, o número de casos confirmados crescia cerca de 18,5% ao mês, em média.

Entre os 141 municípios mato-grossenses, destacam-se, em relação ao número de contaminados, Cuiabá, Rondonópolis, Várzea Grande, Sinop e Sorriso, respectivamente. Juntos, esses municípios concentravam, na segunda quinzena de novembro, cerca da metade de todos os casos confirmados no estado.

Rondonópolis

Rondonópolis, bem como os demais municípios brasileiros, se viu diante da situação de emergência em saúde pública frente à pandemia gerada pela COVID-19. Várias ações tiveram que ser tomadas, haja vista a necessidade inicial e imediata de proteção e prevenção à saúde da comunidade, seguido de manutenção das demandas e condições socioeconômicas dos moradores.

De acordo com informações da prefeitura,

Diante desse contexto, é importante refletir sobre as medidas adotadas pelo governo estadual para reduzir os impactos sanitários, econômicos e sociais da pandemia. Nesse sentido, convém registrar que foram publicados mais de cem documentos oficiais, com medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública, incluindo 66 decretos e 36 leis estaduais.

As medidas adotadas abrangeram diferentes áreas: assistência social, economia, educação, finanças públicas, meio ambiente, saúde, serviços públicos e violência doméstica. Entre as ações implementadas, destacam-se: isolamento social; quarentena; proibição de qualquer forma de aglomeração de pessoas; dispensa de licitação para aquisição de insumos de saúde; adoção do regime de teletrabalho na administração pública; suspensão das atividades escolares; uso obrigatório de máscara; prorrogação do pagamento do IPVA; isenção de ICMS incidente nas operações de aquisição de produtos utilizados no combate à COVID-19; suspensão dos descontos de empréstimos consignados; combate à elevação, sem justa causa, de preços de insumos utilizados no combate à doença; proibição da suspensão do fornecimento de água, energia elétrica, telefonia e internet móvel por falta de pagamento; criação do programa “*Eu cuido de você e você cuida de mim*”; aquisição de alimentos em benefício das pessoas afetadas pela crise decorrente da pandemia; encaminhamento das mulheres vítimas de violência doméstica para ‘hotéis-abrigo’; orientações para o descarte e a separação adequada de máscara e outros EPI’s.

Ressalta-se que as medidas mais enérgicas de restrição social e econômica foram adotadas nos meses de março, abril e junho. Por outro lado, as primeiras tentativas de flexibilização ocorreram no início de maio, tendo como justificativa a reduzida taxa de disseminação da COVID-19 no âmbito estadual. Dois meses depois, porém, Mato Grosso se tornaria o epicentro da doença no país¹, exigindo o endurecimento das medidas anteriores. Isso mostra que o Poder Público não pode baixar a guarda, pois, sem a vacina, as medidas de enfrentamento continuarão sendo fundamentais, tanto para preservar a vida quanto para minimizar os efeitos econômicos trazidos pela pandemia.

Prof. Dr. Renato Nataniel Wasques
Aluno Rafael Almeida

transferências feitas pelo Estado de Mato Grosso e pela União à prefeitura, em operações também não planejadas previamente e apenas possíveis dada a situação de calamidade pública e emergência sanitária declarada. O montante recebido ultrapassa os 20 milhões de reais, em vários recebimentos, desde março de 2020 apresentados pela prefeitura.

As ações públicas de enfrentamento foram ainda mais abrangentes em Rondonópolis do que em outras

foram executadas 29 contratações emergenciais, que exigiram dispensa de licença ou pregões eletrônicos, que juntos somaram 20,2 milhões de reais, dos quais 95% foram destinados à Secretaria Municipal de Saúde para compra de itens em geral para o enfrentamento à COVID-19 (como produtos de higiene e limpeza, máscara e luvas descartáveis, álcool gel e líquido, desinfetantes, macacão de proteção, respirador, equipamentos médicos, ventilador pulmonar mecânico, entre outros). Uma dessas contratações, de 460 mil reais, foi destinada à Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, que adquiriu cestas básicas para as famílias em vulnerabilidade social.

Cabe destacar que de todo valor gasto nas contratações emergenciais em Rondonópolis, de março a outubro de 2020, 2,5 milhões de reais foram exclusivos para a aquisição de equipamentos médico-hospitalar para o funcionamento de novos leitos hospitalares/UTIs durante o período pandêmico.

As aquisições e/ou contratações executadas pelo poder público municipal tiveram como fontes de recursos as

idades de Mato Grosso, uma vez que, para garantir o isolamento social, foram publicados decretos municipais que impunham restrições ao funcionamento das atividades econômicas e circulação de pessoas na cidade, entre os meses de junho e julho deste ano. Neste período crítico, assim chamado pela prefeitura, o “toque de recolher” proibia que os moradores circulassem nas ruas após as 19 horas, decretou fechamento de supermercado aos finais de semana e adotou a lei seca (proibição de bebidas alcoólicas) em algumas ocasiões.

Essas ações públicas desenvolvidas localmente revelam a gravidade da pandemia e são/foram importantes para conter o avanço (ainda existente) da doença. Em Rondonópolis, até 01 de dezembro de 2020, tiveram 13.218 casos confirmados de contaminação pela coronavírus e 379 óbitos, infelizmente.

Profa. Dra. Kelly Cardoso Faro
Aluna Wanessa Ramos Machado

Do aluno para você: políticas públicas

Decorrente do período de campanha eleitoral nos municípios nas últimas semanas, foi de grande repercussão o termo “políticas públicas”, mas você leitor sabe o que significa este termo? Políticas são ações tomadas pensando no bem-estar da população em todo seu conjunto. As políticas públicas são adotadas quando em um país, cidade, estado ou bairro há um problema que atinge a população daquele lugar necessitando de intervenção para solucioná-lo. Com isto, se faz uma política pública para solucionar aquele problema que causa efeitos negativos na sociedade.

Não é obrigatório que a política pública seja feita por instituições governamentais, apesar destas serem responsáveis pela sua maioria, mas podem ser feitas por ONGs, grupos de voluntários, campanhas, desde que tenha como finalidade resolver um problema da sociedade. Há diversas formas de se fazer políticas públicas: leis, reconhecimentos, campanhas e multas. Todas estas podem ser usadas para combater um problema que esteja afligindo a população.

Para que uma política pública seja implementada de forma eficaz, ela deve seguir um fluxo que se chama Ciclo de Políticas Públicas: (1) identificação do problema

público, onde uma pessoa ou grupo vê uma situação problemática e faz solicitações para que aquele problema seja resolvido. Nos dias de hoje é muito comum o manifesto pela internet; (2) inclusão na agenda política onde o problema depois de identificado é visto como prioritário e colocado em uma agenda de execução. Esta pode ser gerenciada pelo governo federal, estadual ou municipal e o cidadão poderá fazer a consulta do que será resolvido buscando no programa dos candidatos, orçamento público ou conjunto de leis; (3) soluções por alternativas onde é analisado como aquele problema será resolvido; (4) decisão de enfrentar o problema que pode ser feito por decreto, lei, etc.; (5) planejamento da execução, quando é discutido como, onde e em qual prazo será feito aquele projeto; (6) a implementação ocorre quando se coloca em prática uma ação para combater o problema identificado; (7) avaliação para verificar a eficácia daquela política pública e se deve continuar ou não. E chega um momento que o problema se resolve e a política pública pode ser finalizada ou quando ela não está tendo os efeitos esperados.

Aluna Heloisa Cajango Santana
Prof. Ms. Juliano Morais Galle



O Papel Social da UFR no Contexto da Pandemia

O ano de 2020 (dois mil e vinte) tem sido atípico por diferentes fatores, em especial em decorrência da pandemia do novo coronavírus, a famosa COVID-19, que alterou nossas vidas de forma abrupta, quebrando paradigmas e modificando hábitos tão consolidados em nosso cotidiano, nos obrigando a repensar os conceitos e crenças norteadores de nossas ações.

A pandemia imprevisível e negligenciado em demasia tem cobrado um alto preço em vidas humanas e danos econômicos, expondo as fragilidades das estruturas nacionais de saúde pública brasileira. Assim, para além de nossas relações interpessoais, a pandemia nos fez olhar para entidades, cuja a presença em nosso cotidiano, quase não são percebidas em contexto de normalidade social.

Dentre essas, podemos citar com segurança as universidades públicas brasileiras, que raramente são notadas fora do contexto científico-acadêmico, mas que com a pandemia da COVID-19 tem demonstrado de forma irrefutável a importância social da ciência e do conhecimento acadêmico representado pelas universidades federais na conjuntura atual de emergência pública.

Nesse sentido, para mensurar a atuação das universidades, podemos tomar como parâmetro a atuação da Universidade Federal de Rondonópolis, instituição criada em 2018 e implantada no final de 2019, cuja atuação tem sido fundamental no combate ao avanço da pandemia de COVID-19, com diversas ações para mitigar os impactos dessa grave crise de saúde pública.

Já se iniciou a pandemia com a escassez de álcool 70%, provocada pela grande demanda, que fez com que o produto faltasse até mesmo para órgãos de saúde pública. Assim, a UFR, em parceria com a UFMT, produziu e distribuiu gratuitamente esse produto para secretarias de saúde de vários municípios do sul mato-grossense, além de diversas instituições parceiras, como Polícia Rodoviária, Polícia Militar, etc.

Outra importante ação desenvolvida pela UFR em parceria com o Ministério Público foi a realização dos testes PCR para detecção do coronavírus, visando atender as Secretarias Municipais de Saúde da região.

Para além destas iniciativas, a Universidade Federal de Rondonópolis tem produzido máscaras *face shield* para unidades de saúde do município e região. Como fruto da parceria com o Ministério Público, a universidade entregou os primeiros respiradores mecânicos que atenderão ambulatórios, permitindo a realocação de aparelhos respiradores para unidades de tratamento intensivo.

Aliado a isso, foram desenvolvidas ações educacionais e de acompanhamento como cursos, *lives* e palestras voltadas à comunidade, abordando diversas áreas do conhecimento. Assim, fica evidente a importância da universidade para além da formação acadêmica de bons profissionais.

Vice-reitora UFR:

Profa. Dra. Antonia Marília Medeiros Nardes

Agradecimentos

Esta quarta edição do Jornal Econômico marca o encerramento das ações previstas no projeto de extensão “Economia além dos muros”, cujo objetivo era apresentar edições temáticas da economia e seus impactos advindos da pandemia de COVID-19. Em nome de toda a equipe do projeto, agradecemos imensamente a cada um dos leitores atentos de nossas edições e, principalmente, aos nossos parceiros da sociedade civil, por auxiliarem na difusão deste informativo. Nos foi proporcionado um aprendizado maravilhoso com este boletim. Obrigado a TODOS.

Profa. Dra. Kelly Cardoso Faro

Equipe:

Corpo docente:

- Prof. Dra. Anieli Fagundes Carrara;
- Prof. Ms. Juliano Morais Galle;
- Prof. Dra. Kelly Cardoso Faro;
- Prof. Dr. Renato Nataniel Wasques.

Corpo discente:

- Alan Fernando Gil Vaz de Mello;
- Heloisa Cajango Santana;
- José Carlos Ferreira da Silva;
- Rafael Aparecido de Almeida;
- Wanessa Ramos Machado.

¹ Segundo a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Fontes:

<https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/>

<http://www.rondonopolis.mt.gov.br/>

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, n. 16, p. 20-45, 2006.

POLITIZE! Ciclo de políticas públicas: O que é? Entrevista Leonardo Secchi Parte 2. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N8phb0UN2WY>. Acesso em: 26 de Novembro de 2020

POLITIZE! O que são políticas públicas? Entrevista Leonardo Secchi Parte 1. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tWnZrMRLtCQ&feature=emb_logo. Acesso em: 26 de Novembro de 2020

Apoio: UFR/PROECE/CAMEX